

temas geradores

Paulo Freire: vida e obra

Paulo Freire: Life and work

Diego Augusto Diehl¹

¹ Universidade Federal de Jataí, Jataí, Goiás, Brasil. E-mail: diegoadiehl@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7521-7349>.

Submetido em 04/01/2022. Aceito em 26/01/2022.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 8, n. 2, 2022

ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Paulo Freire: vida e obra

Nascido em 19 de setembro de 1921, Paulo Reglus Neves Freire era filho de Joaquim Temístocles Freire, policial militar, e de Edeltrudes Neves Freire, trabalhadora do lar. Latino-americano, brasileiro, nordestino, pernambucano: nascido e criado no bairro da Casa Amarela, no Recife, Paulo Freire foi o filho caçula de um casal que teve 4 filhos.

Como membro de uma família de classe média que mergulhou na pobreza em virtude da tragédia econômica (a crise de 1929) e da tragédia familiar (a morte do pai em 1934), Paulo Freire experienciou a pobreza e a fome durante o final da infância e o início da adolescência – aquele momento em que a maioria de nós começa a despertar para o mundo. Em busca de uma vida melhor, a família migrou para Jaboatão dos Guararapes, na periferia do Recife, e Paulo teve que interromper os estudos por alguns anos, só conseguindo retornar à educação formal aos 16 anos, no equivalente à atual 7ª série.

Sua mãe e seus irmãos foram fundamentais para esse retorno, pois conseguiram para Paulo uma bolsa de estudos no Colégio Osvaldo Cruz, um dos melhores à época do Recife, e propiciaram sua dedicação integral aos estudos. Sem isso, dificilmente Paulo Freire conseguiria ingressar na tradicional e elitizada Faculdade de Direito do Recife, em 1943.

Já bacharel, é famosa a história que levou Paulo Freire a renunciar à advocacia. Logo em seu primeiro caso, cuja tarefa consistia em executar dívidas de um dentista insolvente, e que só conseguiria saldar o débito entregando seus instrumentos de trabalho, Paulo não quis ser uma mera engrenagem desse sistema, preferindo tornar-se alfabetizador de jovens e adultos no Serviço Social da Indústria (SESI).

Como pedagogo, já com sólida formação autodidata em filosofia da linguagem, Paulo Freire desenvolveu ferramentas de alfabetização que vieram a ganhar notoriedade nacional no início da década de 1960, combinando o método silábico com a discussão sobre a realidade concreta de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Convidado pelo Presidente João Goulart a desenvolver um programa nacional de alfabetização, tornou-se famosa a experiência desenvolvida em Angicos-RN, onde 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados com apenas 40 horas de aulas.

Paulo Freire rejeitava a ideia de que teria criado um “método” de alfabetização (intitulado a partir de então de “método Paulo Freire”), pois acreditava que a práxis alfabetizadora não se limitava a “ler o texto”, mas também a “ler o contexto” – ou “ler o mundo”, como costumava dizer. Sob claras influências filosóficas existencialistas (Heidegger, Sartre) e pragmáticas (Searle, Peirce), Freire pode ser considerado naquela época como um intelectual modernizador, que acreditava na possibilidade de implementação do programa nacional-desenvolvimentista, que tinha entre sua intelectualidade autores do porte de Álvaro Vieira Pinto, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Milton Santos, entre outros.

Anos depois, Freire reconheceu uma certa “ingenuidade política” em suas concepções teóricas e pedagógicas àquele tempo, expressadas inicialmente em “Educação e atualidade brasileira” (1959), que foi a base para sua primeira grande obra, publicada já no exílio, intitulada “Educação como prática da liberdade” (1967). É que, ainda que a pedagogia freireana tenha sempre se inspirado nas condições concretas de vida da classe trabalhadora, a perspectiva nacional-desenvolvimentista entendia ser possível implementar um projeto modernizador baseado na conciliação de interesses socialmente antagônicos.

Foi a partir do golpe de 1964 que as classes dominantes no Brasil expressaram da forma mais cabal os seus reais interesses de classe, que não passavam pela modernização e pelo desenvolvimento do país, e nem por um projeto de alfabetização “das letras” e “do mundo”, como propunha Paulo Freire. Preso sob a acusação de promover uma pedagogia subversiva, seria no período de exílio no Chile que Freire vislumbraria a importância do marxismo enquanto filosofia da práxis pedagógica, que daria concretude e um caráter conseqüente à educação enquanto prática da liberdade no contexto das sociedades de classes.

Trata-se, neste momento, da passagem da “Educação como prática da liberdade” para a “Pedagogia do oprimido”, publicada por Freire no paradigmático ano de 1968. Atuando como assessor pedagógico do Movimento de Reforma Agrária da Democracia Cristã chilena, e depois da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Freire deu um passo à frente em suas reflexões pedagógicas atuando na alfabetização de trabalhadores camponeses no Chile, que já vivia um claro acirramento das lutas de classes e que levaria o comunista Salvador Allende à presidência em 1970.

É também deste período chileno a importante obra “Extensão ou comunicação?” (1968), que critica a ação pedagógica promovida pelos serviços de

extensão rural (assessoria técnica a trabalhadores rurais, como é o que faz no Brasil a EMATER), e também pelas Universidades a partir dos projetos de extensão universitária. A crítica de Freire refere-se ao significado do conceito de “extensão”, que remete à ideia de assessores técnicos “iluminados” e dotados do “verdadeiro conhecimento” que é estendido aos assessorados, tratados como tábulas rasas sem qualquer conhecimento digno de consideração.

Para Paulo Freire, o conhecimento é o complexo produto das práxis sociais, que envolvem momentos de ação e momentos de reflexão, prática e teoria. Sem a devida articulação dialética entre ambas, a prática sem teoria se torna “praticismo” ou “ativismo” alienado; e a teoria sem prática se configura como mero “verbalismo” ou “teoricismo”, tão alienado quanto. Assim, os saberes não residem nem apenas na teoria e nem apenas na prática, mas se situam nas experiências concretas dos sujeitos no mundo e em suas reflexões em torno de tais experiências. E nisso se inclui também a luta de classes, que contém dimensões objetivas apreendidas nas práticas sociais, mas também dimensões subjetivas que remetem aos diferentes graus e estágios de consciência dos sujeitos.

É certo que Freire abandonou o conceito de “conscientização”, devido aos mesmos problemas que o levaram a criticar o termo “extensão”. Porém, é sempre importante ressaltar que Freire (1970) identifica 3 (três) estágios da consciência dos sujeitos em sua “Pedagogia do Oprimido”: a consciência ingênua ou intransitiva, que formula explicações “mágicas”, “fatalistas”, a-históricas para os fenômenos sociais; a consciência transitiva, que inicia um processo de superação do estágio anterior mas que ainda se encontra diante de limites explicativos quanto a estes mesmos fenômenos; e a consciência crítica, que não significa um momento de plenitude do saber mas de autonomia dos sujeitos, que já compreendem a historicidade dos fenômenos sociais, e portanto a sua condição de construções sociais, que são sempre passíveis de serem problematizadas e transformadas.

Ainda que existam fontes teóricas existencialistas e pragmáticas na pedagogia de Paulo Freire, que são alguns dos fatores que o levam a ser atualmente o intelectual brasileiro mais estudado nas universidades dos EUA e da Europa Ocidental, as raízes marxistas da Pedagogia do Oprimido ficam evidentes tanto ao se deparar com categorias teóricas advindas da 1ª geração da Escola de Frankfurt, como também quando encontramos na obra máxima de Freire a concepção maoísta de “revolução cultural” e o sentido revolucionário do amor defendido por Ernesto “Che” Guevara. Ademais, sendo Freire um católico praticante, a Pedagogia do Oprimido foi elaborada

no mesmo momento em que ganhava notoriedade a Teologia da Libertação, que logrou articular marxismo e cristianismo, ao menos em suas versões mais radicais.

A opção pelo trabalho social com os pobres poderia ser invocada como um motivo a mais para defender o caráter marxista da pedagogia freireana, porém, como sabemos, desde a Doutrina Social da Igreja Católica, do final do séc. XIX, buscou-se definir uma ideologia que criticasse os efeitos da sociedade burguesa sem enfrentar suas verdadeiras causas. E é justamente por enfrentar tais causas, as raízes das diversas formas de opressão da sociedade governada pelo Capital, que a pedagogia freireana pode ser considerada uma concepção marxista, além de ser uma pedagogia radical.

A experiência africana de Paulo Freire talvez possa ser considerada o momento de plenitude de sua obra prática e teórica. Na condição de membro do Conselho Mundial de Igrejas, organização ecumênica sediada na Suíça, Freire tornou-se assessor de diversos governos revolucionários de inspiração marxista que se instalaram após processos de libertação nacional em países como Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, entre outros. Tomando por base as teorias revolucionárias e as ações libertadoras de Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Samora Machel, Franz Fanon, entre outros, Freire deu mostras da universalidade crítica de sua Pedagogia do Oprimido, que está longe de ser um mero “regionalismo (latinoamericano) globalizado”.

Da “década africana” de Paulo Freire podemos destacar as coletâneas de artigos e de cartas que refletem sobre o fazer pedagógico em sociedades em processo de libertação nacional, sintetizadas em “Ação cultural para a liberdade e outros escritos” (1976), “Educação e mudança” (1979), “Quatro cartas aos animadores e às animadoras culturais. República de São Tomé e Príncipe” (1980) e “Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo” (1984). Mas podemos dizer que, mesmo já após o retorno ao Brasil em 1980, diversas obras posteriores escritas por Freire estão “encharcadas” pela experiência africana, tais como: “A importância do ato de ler” (1981), “Por uma pedagogia da pergunta” (1985), “Política e educação” (1985), “Medo e ousadia” (1986), “Aprendendo com a própria história” (1987).

De volta ao Brasil, Paulo Freire participou ativamente da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo o primeiro presidente da Fundação Wilson Pinheiro em 1981 – que foi a precursora da atual Fundação Perseu Abramo. Entre 1989 e 1992, foi secretário municipal de educação de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina, experiência que foi objeto de reflexões na obra “A educação na cidade” (1991).

Em seus últimos anos de vida – faleceu em 2 de maio de 1997 – Paulo Freire ainda elaborou no mínimo 3 (três) obras de enorme impacto pedagógico: “Professora sim, tia não” (1993), que reflete sobre o caráter político do ato de ensinar; “Pedagogia da esperança” (1992), que realiza um reencontro, um balanço e até mesmo um “acerto de contas” com a Pedagogia do Oprimido; e “Pedagogia da Autonomia” (1996), de enorme sucesso editorial e que, em poucas e belas páginas, evidencia que o grande objetivo da educadora e do educador é auxiliar os educandos e as educandas a exercerem sua autonomia, enquanto condição para a prática da liberdade.

Há quem diga que as concepções pedagógicas de Paulo Freire estejam superadas, e isso antes do atual discurso anti-freireano proferido pelos mesmos que se tornaram adeptos e adeptas do terraplanismo, do negacionismo científico, da naturalização das situações de opressão. Há ainda aqueles e aquelas que buscam “neutralizar” a radicalidade da pedagogia freireana associando-a a perspectivas construtivistas ou focadas no desenvolvimento de “competências e habilidades”, quase sempre ditadas pelo próprio Capital. E, ainda assim, as concepções pedagógicas de Paulo Freire seguem vivas nas experiências educativas promovidas pelos movimentos sociais, pelos projetos de educação popular, pela assessoria jurídica popular.

Não há dúvidas de que nenhuma concepção teórica – assim como nenhuma perspectiva pedagógica – está imune a críticas e/ou à superação em virtude das novas condições históricas. O próprio Paulo Freire manifestava isso, como quando fez a “autocrítica” de “Educação como prática da liberdade” com a “Pedagogia do Oprimido”, ou quando refletiu sobre os limites desta última em sua “Pedagogia da Esperança”. Uma consciência efetivamente crítica e autônoma, como Freire a entendia, só poderia sê-lo se fosse também uma consciência autocrítica.

Há muito ainda a se explorar e se descobrir na vasta obra deixada por Freire. Quiçá possamos ver em sua experiência africana as sementes de uma pedagogia descolonial, que hoje começa a ser teorizada. Ou desenvolver uma pedagogia da autonomia de gênero e sexualidade. Ou para aprofundar a teoria e a prática pedagógica em situações de educação não-formal. Ou para avaliar os limites e as possibilidades do uso das tecnologias não apenas para a aprendizagem, mas também para a conscientização dos sujeitos. Ou ainda para problematizar as concepções antropocêntricas e estabelecer uma nova compreensão sobre os sujeitos em si e sobre a natureza.

Entre aqueles e aquelas que lidamos mais especificamente com o Direito enquanto prática de relações sociais de dominação/opressão ou de libertação, Paulo

Freire ainda tem muito a ensinar. Desde a problematização sobre a educação bancária que é propagada pelo ensino jurídico cada vez mais alienado e alienante; ou a implementação de propostas pedagógicas tidas como “inovadoras” por partir de contextos sociais concretos mas que apassivam os oprimidos que passam a ser “tratados” em “clínicas jurídicas”, sem verdadeira autonomia ou protagonismo; ou ainda na implementação de projetos de extensão universitária que insistem em não estabelecer relações de dialogicidade com os saberes populares.

Na assessoria jurídica popular, Paulo Freire ainda precisa ser mais bem compreendido, pois sua pedagogia transcende as “situações ideais de fala” (o fetiche das “oficinas”) para reconhecer o que Dussel (2002) chamou de situações concretas de fala, marcadas não pela simetria, mas pela assimetria, pela desigualdade, pela opressão e pela injustiça. E, para tais situações, a ação libertadora é prática: jurídica, política, econômica, cultural, simbólica. Sem qualquer pretensão em assumir um protagonismo que é, de fato, dos oprimidos e da oprimidas, a AJP ainda precisa dar passos mais concretos para sair do verbalismo, do teorismo, incorporando, por exemplo, a advocacia popular, que além de assumir uma perspectiva técnica tem, também, dimensões pedagógicas ainda pouco exploradas.

Encerro este já longo verbete sobre a vida e obra de Paulo Freire com um convite: celebremos os 100 anos do nascimento de Paulo Freire freireanamente, isto é, tomando sua vida e sua obra não como objetos de veneração, e sim como desafios em busca do ser mais, da humanização constante, da libertação necessária e que jamais se produz sozinho, mas coletivamente e mediatizados pelo mundo no qual vivemos.

Referências bibliográficas

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Tradução de Ephraim F. Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler - em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez Editora, 1982a.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.

- FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. 2. ed., São Paulo: UNESP, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 10^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- GOUVEA DA SILVA, Antônio Fernando. *A busca do tema gerador na práxis da educação popular*. Curitiba: Gráfica Popular, 2005.

Diego Augusto Diehl | Professor adjunto do Curso de Direito da Universidade Federal de Jataí. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é coordenador do NAJUP Josiane Evangelista e Secretário Nacional do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS).